

EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de Economia A

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 712/Época Especial

15 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2016

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

É permitido o uso de calculadora não alfanumérica, não programável.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As citações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

Página em branco

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a correção linguística.

GRUPO I

1. Em Economia, a utilização de rendimentos é a atividade económica que integra

- (A) o consumo e a produção.
- (B) o consumo e a poupança.
- (C) a distribuição e a produção.
- (D) a distribuição e a poupança.

2. Uma das características da sociedade de consumo atual é o endividamento excessivo dos particulares. A Tabela 1 apresenta dados relativos à dívida total dos particulares, em Portugal, no período de 2008 a 2012.

Tabela 1 – Dívida total dos particulares

	Peso em % do produto interno bruto	Peso em % do rendimento disponível	Taxa de variação anual (em %)
2008	92,0	112,3	3,7
2009	95,4	113,8	1,7
2010	93,6	112,0	0,6
2011	93,1	114,0	-2,7
2012	94,8	116,3	-2,6

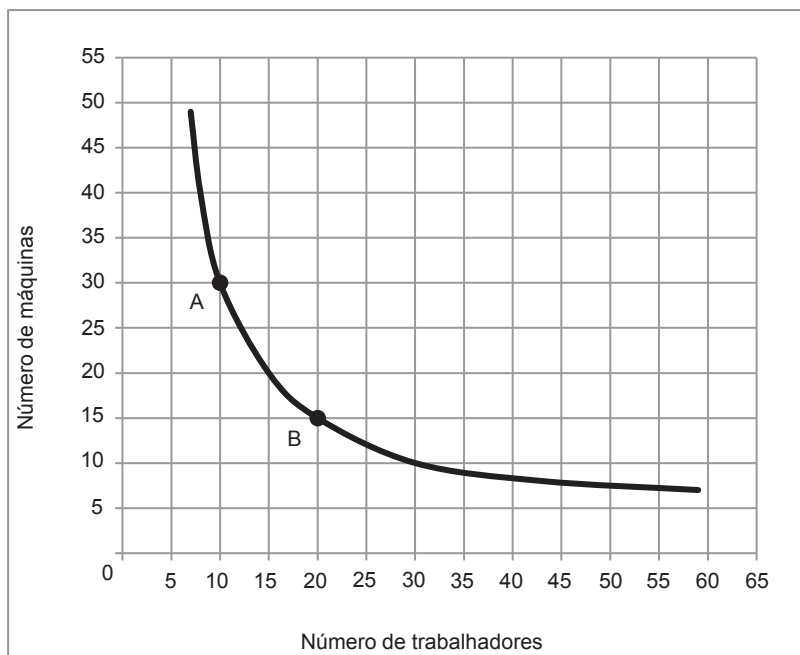
Banco de Portugal, in www.bportugal.pt (adaptado)
(consultado em fevereiro de 2016)

Com base na Tabela 1, podemos afirmar que, em Portugal, a dívida total dos particulares

- (A) diminuiu, em percentagem do rendimento disponível, entre 2010 e 2011, refletindo o decréscimo no valor da dívida total.
- (B) diminuiu, em percentagem do produto interno bruto, entre 2009 e 2010, apesar do aumento do valor da dívida total.
- (C) aumentou, em percentagem do rendimento disponível, entre 2008 e 2009, traduzindo o decréscimo no valor da dívida total.
- (D) aumentou, em percentagem do produto interno bruto, entre 2011 e 2012, devido ao aumento do valor da dívida total.

3. Uma empresa produtora de sabonetes utiliza no seu processo produtivo apenas trabalho e capital. O Gráfico 1 apresenta as combinações desses fatores produtivos (com o capital expresso em número de máquinas e o trabalho expresso em número de trabalhadores) que a empresa pode utilizar, como alternativas, para a produção diária de 600 caixas de sabonetes. Esta empresa comercializa cada caixa de sabonetes ao preço de 6 euros.

Gráfico 1 – Combinações dos fatores produtivos



No contexto descrito, podemos afirmar que, nesta empresa, o valor da produtividade média do trabalho,

- (A) no ponto B, é 40 euros por trabalhador, por dia.
- (B) no ponto B, é 240 euros por trabalhador, por dia.
- (C) no ponto A, é 360 euros por trabalhador, por dia.
- (D) no ponto A, é 60 euros por trabalhador, por dia.

4. Uma empresa privada de correio expresso, num determinado momento, contratou mais três motoristas e adquiriu mais três carrinhas, com o objetivo de aumentar a sua capacidade produtiva.

As carrinhas utilizadas pela referida empresa são consideradas capital

- (A) técnico fixo.
- (B) técnico circulante.
- (C) não duradouro.
- (D) não comercial.

5. A Tabela 2 apresenta dados relativos ao consumo das famílias de um determinado país, no período de 2013 a 2015.

Tabela 2 – Consumo das famílias

	2013	2014	2015
Coeficiente orçamental das despesas em alimentação (em %)	20,0	18,0	17,0
Rendimento disponível das famílias (em milhões de euros)	10 000	12 000	13 200
Poupança das famílias (em milhões de euros)	1000	1200	660

Com base na Tabela 2, podemos afirmar que, neste país,

- (A) em 2015, face a 2014, a taxa de variação das despesas em alimentação foi 17%.
- (B) em 2015, face a 2014, a taxa de variação do total das despesas de consumo foi 20%.
- (C) em 2014, face a 2013, a taxa de variação das despesas em alimentação foi 8%.
- (D) em 2014, face a 2013, a taxa de variação do total das despesas de consumo foi 16%.
6. A Tabela 3 apresenta valores relativos à taxa de variação anual do índice de preços no consumidor (IPC), num determinado país, no período de 2014 a 2015.

Tabela 3 – Índice de preços no consumidor

Taxa de variação anual (em %)

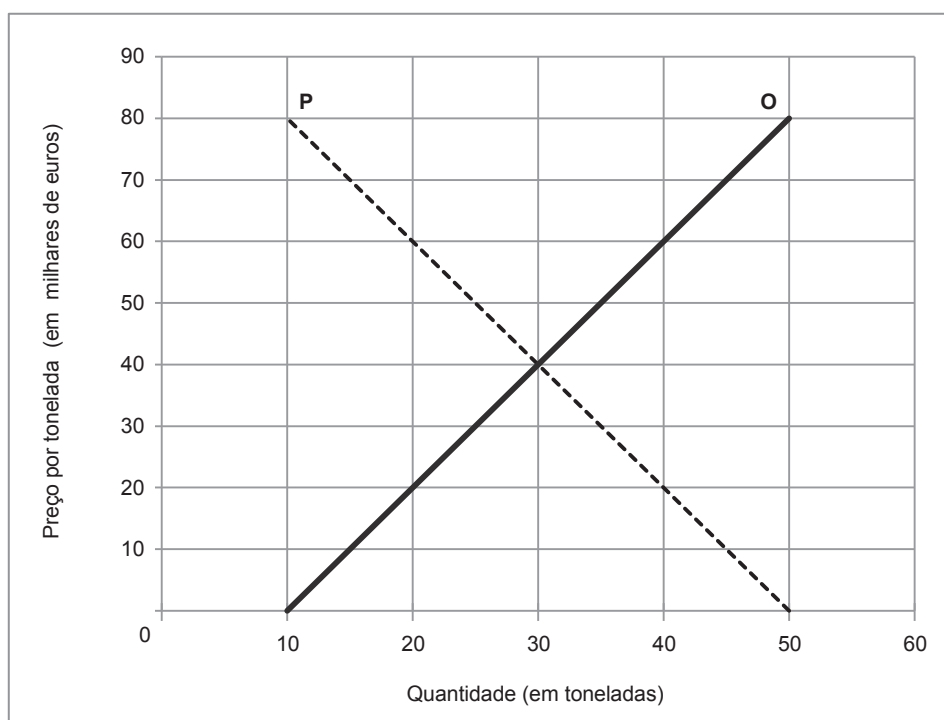
2014	2015
-5,0	6,0

De acordo com a Tabela 3, e considerando 2013 como ano base, podemos afirmar que o índice de preços no consumidor, em 2015, foi

- (A) 111,3.
- (B) 106,0.
- (C) 101,0.
- (D) 100,7.
7. Uma das funções da moeda é a sua utilização como termo de comparação do valor dos bens e serviços. Esta função desempenhada pela moeda designa-se por
- (A) instrumento de troca.
- (B) meio de pagamento.
- (C) medida de valor.
- (D) reserva de valor.

8. Em 2015, um banco comercial utilizou parte dos depósitos dos seus clientes para conceder empréstimos às empresas não financeiras e às famílias. Podemos concluir que esse banco
- (A) participou no processo de emissão de papel-moeda.
 - (B) participou no processo de criação de moeda escritural.
 - (C) contribuiu para o financiamento interno das empresas não financeiras.
 - (D) contribuiu para o autofinanciamento das empresas não financeiras.
9. O Gráfico 2 apresenta as curvas da oferta (O) e da procura (P), no mercado de concorrência perfeita do bem Y.

Gráfico 2 – Mercado do bem Y



Com base no Gráfico 2, e considerando-se tudo o resto constante, podemos afirmar que,

- (A) ao preço de equilíbrio, cada produtor recebe 40 mil euros pela venda de 30 toneladas do bem Y.
- (B) ao preço de equilíbrio, cada produtor recebe 40 mil euros pela venda de cada tonelada do bem Y.
- (C) ao preço de 60 mil euros, o mercado do bem Y regista um excesso de procura.
- (D) ao preço de 20 mil euros, o mercado do bem Y regista um excesso de oferta.

10. Em 2015, os trabalhadores por conta de outrem, residentes num determinado país, efetuaram a amortização (ou o reembolso) dos empréstimos que lhes tinham sido concedidos em anos anteriores por instituições bancárias residentes nesse país. Este fluxo constitui
- (A) um emprego das famílias e das sociedades financeiras.
 - (B) um recurso das famílias e das sociedades financeiras.
 - (C) um recurso das famílias e um emprego das sociedades financeiras.
 - (D) um emprego das famílias e um recurso das sociedades financeiras.
11. A Tabela 4 apresenta o indicador de desigualdade na repartição dos rendimentos S80/S20, na área do euro a 18 Estados-Membros e em alguns países dessa área, em 2005 e em 2013. Este indicador é calculado pelo quociente entre o rendimento total dos 20% da população com maiores rendimentos e o rendimento total dos 20% da população com menores rendimentos. Assim, em 2013, na área do euro a 18 Estados-Membros, o rendimento dos 20% da população com maiores rendimentos foi 5,0 vezes superior ao rendimento dos 20% da população com menores rendimentos.

Tabela 4 – Indicador de desigualdade na repartição dos rendimentos S80/S20

	2005	2013
Área do euro a 18 Estados-Membros	4,6	5,0
França	4,0	4,5
Portugal	7,0	6,0
Irlanda	5,0	4,5
Bélgica	4,0	3,8

Pordata, in www.pordata.pt (adaptado)
(consultado em dezembro de 2015)

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que, em 2013, face a 2005, a desigualdade na repartição dos rendimentos, medida por este indicador,

- (A) aumentou, em Portugal.
- (B) aumentou, na Irlanda.
- (C) diminuiu, na Bélgica.
- (D) diminuiu, em França.

12. De acordo com a contabilidade nacional, o valor das exportações líquidas de bens e serviços representa a diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de bens e serviços. Assim, o valor da procura interna calcula-se
- (A) subtraindo ao valor da despesa interna o valor das exportações líquidas de bens e serviços.
 (B) subtraindo ao valor da procura global o valor das exportações líquidas de bens e serviços.
 (C) adicionando ao valor da procura global o valor das exportações líquidas de bens e serviços.
 (D) adicionando ao valor da despesa interna o valor das exportações líquidas de bens e serviços.
13. Suponha que, em 2015, numa economia fechada, toda a produção foi realizada apenas por quatro empresas. Considere que não havia existências de quaisquer bens, nem no início nem no final de 2015.
- A Tabela 5 apresenta os valores das vendas de cada uma das empresas às restantes empresas e às famílias, nesse ano. O total das vendas de cada uma das empresas corresponde à sua produção (em milhares de euros).

Tabela 5 – Valor da produção

		Em milhares de euros			
Comprador		Empresa produtora de fios	Empresa produtora de tecido	Empresa produtora de camisas	Famílias
Vendedor	Empresa produtora de eletricidade	5	10	15	20
	Empresa produtora de fios	–	30	30	10
	Empresa produtora de tecido	–	–	60	65
	Empresa produtora de camisas	–	–	–	115

Os dados apresentados permitem-nos afirmar que, em 2015,

- (A) o valor acrescentado pela empresa produtora de tecido foi 125 milhares de euros.
 (B) o produto interno bruto obtido nessa economia foi 190 milhares de euros.
 (C) o valor bruto da produção da empresa produtora de fios foi 65 milhares de euros.
 (D) o consumo intermédio efetuado nessa economia foi 150 milhares de euros.

14. Em 2015, Portugal pôde ainda recorrer ao Fundo de Coesão da União Europeia para financiar projetos de investimento nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infraestruturas de transporte.
- Os recebimentos deste fundo são registados na balança de transferências correntes portuguesa. Esta afirmação é
- (A) falsa, pois este fluxo é registado na balança de capital portuguesa e, considerando-se tudo o resto constante, agrava o saldo dessa balança.
 - (B) falsa, pois este fluxo é registado na balança de capital portuguesa e, considerando-se tudo o resto constante, melhora o saldo dessa balança.
 - (C) verdadeira, pois este fluxo é registado na balança de transferências correntes portuguesa e, considerando-se tudo o resto constante, melhora o saldo dessa balança.
 - (D) verdadeira, pois este fluxo é registado na balança de transferências correntes portuguesa e, considerando-se tudo o resto constante, agrava o saldo dessa balança.
15. O Governo do país A decidiu cobrar um direito aduaneiro no valor de 2 euros por cada unidade importada de um determinado bem. Esta medida constitui uma barreira alfandegária
- (A) tarifária e inclui-se numa política comercial livre-cambista.
 - (B) não tarifária e inclui-se numa política comercial livre-cambista.
 - (C) tarifária e inclui-se numa política comercial protecionista.
 - (D) não tarifária e inclui-se numa política comercial protecionista.
16. Num determinado país, em 2014, o Estado solicitou um empréstimo ao resto do mundo, no valor de 100 milhões de euros. Os juros da dívida pública, relativos a esse empréstimo e pagos em 2015, constituem, para esse país, uma
- (A) despesa corrente do Estado.
 - (B) despesa de capital do Estado.
 - (C) receita corrente do Estado.
 - (D) receita de capital do Estado.
17. Num determinado ano, o orçamento do Estado de um país regista um
- (A) superavit, quando o valor das receitas públicas é igual ao valor das despesas públicas.
 - (B) superavit, quando as despesas públicas em percentagem do produto interno bruto são inferiores às receitas públicas em percentagem do produto interno bruto.
 - (C) défice, quando o valor das despesas públicas é igual ao valor das receitas públicas.
 - (D) défice, quando as receitas públicas em percentagem do produto interno bruto são superiores às despesas públicas em percentagem do produto interno bruto.

18. A Tabela 6 apresenta valores da taxa de desemprego na União Europeia a 28 Estados-Membros (UE-28) e em alguns países da UE-28, no período de 2012 a 2015.

Tabela 6 – Taxa de desemprego
(em %)

	2012	2013	2014	2015
UE-28	10,5	10,9	10,2	9,4
Portugal	15,8	16,4	14,1	12,6
Alemanha	5,4	5,2	5,0	4,6
França	9,8	10,3	10,3	10,4

Eurostat, in www.ec.europa.eu/eurostat (adaptado)
(consultado em janeiro de 2016)

Com base na Tabela 6, podemos afirmar que,

- (A) em França, em 2015, estavam desempregados 104 indivíduos por cada 1000 indivíduos ativos.
 - (B) em Portugal, em 2014, estavam desempregados 141 indivíduos por cada 1000 indivíduos residentes.
 - (C) na UE-28, em 2013, face a 2012, a taxa de desemprego aumentou, tendo registado uma taxa de variação anual de 0,4%.
 - (D) na Alemanha, em 2014, face a 2013, a taxa de desemprego diminuiu, tendo registado uma taxa de variação anual de 3,8%.
19. Na construção da União Europeia (UE) têm vindo a ocorrer dois processos em paralelo: o reforço da integração económica entre os Estados-Membros e a adesão de novos países. Em 1999, a UE iniciou mais uma etapa no
- (A) processo de alargamento, pois, nesse ano, a Áustria, a Suécia, a Finlândia e a Noruega aderiram à UE.
 - (B) processo de alargamento, pois, nesse ano, foram selecionados os países da UE fundadores do euro.
 - (C) processo de aprofundamento, pois, nesse ano, os países da UE assinaram o Tratado de Maastricht.
 - (D) processo de aprofundamento, pois, nesse ano, onze Estados-Membros da UE adotaram a moeda única.

20. A Tabela 7 apresenta dados relativos ao produto interno bruto (PIB) por habitante, em Portugal, em percentagem do valor médio da União Europeia a 28 Estados-Membros (UE-28), em 2010 e em 2012. A Tabela 8 apresenta dados relativos à taxa de variação real anual do PIB por habitante, em Portugal e na UE-28, em 2011 e em 2012.

Tabela 7 – PIB por habitante em Portugal
(UE-28=100)

2010	2012
81	77

Tabela 8 – Taxa de variação real anual do PIB por habitante
(em %)

	2011	2012
Portugal	-1,1	-2,8
UE-28	1,4	-0,7

Eurostat, in www.ec.europa.eu/eurostat (adaptado)
(consultado em janeiro de 2016)

Com base nas tabelas 7 e 8, podemos afirmar que, em Portugal,

- (A) entre 2010 e 2012, o PIB por habitante diminuiu 4,0% e verificou-se um processo de divergência real face à UE-28.
- (B) entre 2010 e 2012, o PIB por habitante diminuiu 3,9% e verificou-se um processo de convergência real face à UE-28.
- (C) entre 2011 e 2012, o PIB por habitante diminuiu 2,8% e verificou-se um processo de divergência real face à UE-28.
- (D) entre 2011 e 2012, o PIB por habitante diminuiu 1,7% e verificou-se um processo de convergência real face à UE-28.

GRUPO II

1. Os dados apresentados na Tabela 9 referem-se à economia portuguesa, no período de 2009 a 2014.

Tabela 9 – Rendimento disponível dos particulares e suas componentes

	Peso no total (em %)		Taxa de variação nominal (em %)
	2009	2014	2009-2014
Rendimento disponível dos particulares	100,0	100,0	-3,2
Remunerações do trabalho	66,3	62,5	-8,7
Rendimentos de empresas e propriedade	32,6	36,5	8,4
Transferências internas	27,7	30,0	5,1
Transferências externas	1,4	2,5	73,0
Impostos diretos	7,8	11,2	39,4
Contribuições sociais	20,2	20,3	-2,5

Instituto Nacional de Estatística, *in* www.ine.pt (adaptado)
(consultado em outubro de 2015)

1.1. Explique, com base nos dados apresentados, as alterações na estrutura do rendimento disponível dos particulares (RDP), em Portugal, no período de 2009 a 2014, considerando:

- a evolução do RDP, em termos nominais;
- a evolução das duas componentes que justificaram o sentido da evolução do RDP;
- o efeito na estrutura do RDP da evolução percentual de cada uma dessas componentes face à evolução percentual do RDP.

1.2. Determine, com base na Tabela 9, o peso da poupança dos particulares, em percentagem do RDP, em Portugal, em 2014, sabendo que:

- em 2009, o RDP foi 126 181,6 milhões de euros;
- em 2014, o consumo privado foi 114 360,0 milhões de euros.

Na sua resposta, apresente a fórmula usada e todos os cálculos que efetuar. Arredonde às décimas todos os valores que calcular.

2. Em Portugal, de acordo com dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, o RDP aumentou 24,4%, em termos nominais, no período de 2003 a 2008.

Descreva, com base no acréscimo do RDP e na Lei de Engel, as alterações que se espera que tenham ocorrido no nível e na estrutura de consumo das famílias portuguesas, no período de 2003 a 2008.

GRUPO III

1. Leia o texto.

Os impostos diretos progressivos penalizam mais quem ganha mais e menos quem ganha menos, contribuindo para a promoção da equidade. Pelo contrário, os impostos indiretos sobre um dado bem são pagos, na mesma medida, tanto por alguém que ganha muito como por alguém que apenas recebe o rendimento social de inserção. Como política fiscal, o recurso aos impostos indiretos, sobretudo quando se trate de bens de consumo essencial, pode comprometer a promoção da equidade.

Baseado em: Catarina de Albuquerque, entrevista à *Visão*, in <http://visao.sapo.pt> (consultado em outubro de 2015)

Explicita, com base no texto, as diferenças entre a utilização de impostos diretos progressivos e a utilização de impostos indiretos, no que respeita à promoção da equidade.

Na sua resposta, comece por distinguir impostos diretos de impostos indiretos.

2. A Tabela 10 apresenta o valor do Produto de um determinado país, calculado a preços correntes e a preços constantes, no período de 2010 a 2015.

Tabela 10 – Produto
(em milhões de euros)

	Produto a preços correntes	Produto a preços constantes de 2010
2010	1000	1000
2011	1250	1200
2012	1200	1100
2013	1370	1050
2014	1320	1130
2015	1500	1090

Identifique, com base na Tabela 10, dois anos em que a quantidade produzida tenha aumentado, face ao ano anterior, nesse país.

3. Leia o texto.

No país A, foi proibida a importação de um dado bem. Quem ganha e quem perde com esta medida de política comercial? Quem ganha são os produtores nacionais do bem que era importado, pois passam a estar protegidos da concorrência externa e, como as suas ineficiências não são atacadas pelo mercado, podem refleti-las no preço e na quantidade vendida. Quem perde é o resto da sociedade, sobretudo os consumidores do bem, que pagam as ineficiências dos produtores nacionais.

Baseado em: João L. César das Neves, *Introdução à Economia*, 4.ª edição, Lisboa, Verbo, 1997, pp. 355-356

Explicita, com base no texto, os efeitos do protecionismo sobre os produtores e os consumidores do país A.

4. Leia o texto.

A partilha da indústria do carvão e do aço por seis países europeus, instituída pelo Tratado de Paris, em 1951, foi verdadeiramente um símbolo da criação de um objetivo comum e representou um dos primeiros passos na via da integração europeia.

Os dois Tratados de Roma, de 1957, vieram consolidar os alicerces desta integração e reforçar a ideia de um futuro comum para esses seis países europeus. Um dos tratados tinha por objetivo estabelecer um mercado comum, baseado nas quatro liberdades de circulação: de mercadorias, de pessoas, de capitais e de serviços. O outro tratado visava coordenar os programas de investigação já em curso nos Estados-Membros, na perspetiva da utilização pacífica da energia nuclear.

Parlamento Europeu, *in* www.europarl.europa.eu (adaptado)
(consultado em novembro de 2015)

Indique as duas comunidades criadas pelos Tratados de Roma.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item				Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)				
I	1. a 20.				100
	20 × 5 pontos				
II	1.1.	1.2.	2.		50
	20	15	15		
III	1.	2.	3.	4.	50
	15	10	15	10	
TOTAL					200

Prova 712
Época Especial